

O PAPEL DOS VALORES RELIGIOSOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO INTERIOR PAULISTA.

LIMA, Aline Pereira¹
MENIN, Maria Suzana de Stefano²

RESUMO: Pretendeu-se com esta pesquisa verificar a presença e uso de valores religiosos em salas segunda e terceira série, de escolas públicas de Presidente Prudente. Buscou-se investigar como professores lidam com valores religiosos e os motivos pelos quais isto é feito. Inicialmente foram escolhidas dez escolas, onde observou-se dez salas de segunda e dez salas de terceira série em diferentes períodos. Posteriormente, tendo como foco quatro escolas onde a incidência do uso de valores religiosos foi maior, constatou-se que os valores religiosos se fazem presentes nas escolas com as mais diversas finalidades, sendo as principais, disciplinar e moralizar.

Palavras Chave: Valores; Ensino religioso; Valores religiosos.

INTRODUÇÃO

É sabido que o Brasil, dadas as condições históricas de colonização e dominação portuguesa, tem o catolicismo como religião “oficial”. A igreja católica foi, ao longo dos anos, doutrinando, educando e civilizando aquele que aqui estava e o outro que aqui chegava. Com ameaças ao Inferno, manteve-se em mãos católicas uma das maiores extensões de terras do mundo ocidental.

Até meados do século XVIII, o Estado controla a atividade eclesiástica na colônia, responsabiliza-se pelo sustento da Igreja Católica e impede a entrada de outros cultos no Brasil em troca de reconhecimento e obediência. Só em 1890, após a proclamação da República, ocorre a separação entre a Igreja e o Estado e fica garantida a liberdade religiosa.

Pode-se dizer que a separação entre a Igreja e o Estado laico foi uma das bases das modernas democracias republicanas. Segundo Cambi (1999) “[...] foi um grande processo de laicização, de maior liberdade por parte das classes sociais e de indivíduos, que tornaram independentes de modelos unívocos e vinculantes [...]” (CAMBI, 1999, p. 324).

A laicização atinge também a educação que busca emancipar-se dos modelos religiosos visando à formação de um homem cidadão. “Nem livros (a bíblia), nem figuras (o pai, o padre, o rei), nem saberes (a teologia, a metafísica) são mais diretores dogmáticos

¹ FCT- Unesp (limaliartt@hotmail.com)

² FCT- Unesp (sumenin@uol.com.br)

dos processos de formação” (CAMBI, 1999, p. 327). A renovação educativa se deu no nível da organização, no nível dos programas de ensino e no nível da didática.

Em suma, o século XVIII desenvolve uma “imagem nova da pedagogia moderna, laica, racional, científica, orientada para valores sociais e civis, crítica em relação às tradições, instituições, crenças e práxis educativas” (CAMBI, 1999, p. 330).

Com a laicização, segundo Cambi (1999), as escolas europeias do século XVIII manifestavam, por um lado, projetos e programas orientados no sentido abertamente reformador, de dar vida a uma escola nacional, estatal e laica; por outro lado, a realidade das práticas educacionais acontecia de maneira diferente; na Alemanha, por exemplo, a educação e seus ideais eram mais inovadores enquanto na França e Inglaterra mais inertes e tradicionais.

Hoje, em diferentes partes do mundo há diferentes relações entre religião e ensino. Nas escolas francesas, por exemplo, foram proibidos, há pouco tempo, a utilização, por parte dos alunos, de qualquer símbolo ou acessório que denote uma religião, tais como véus, colares, etc. Essa proibição tenta demonstrar a total separação entre Estado e Religião, firmada com a Revolução Francesa. Diferente disso, o governo português resolveu incluir aulas de Religião e Moral nas 25 horas semanais do ensino básico. Questionou-se, portanto, como estaria o Brasil diante da questão do ensino religioso nas escolas públicas e propôs-se uma pesquisa voltada aos valores religiosos e práticas escolares. Situada no campo da ética e da moral, esta pesquisa teve como objetivo verificar a presença e uso valores religiosos em sala de aula, essencialmente em escolas que se intitulam leigas. Investigou-se se os professores transmitem valores religiosos e como o fazem. Analisou-se, portanto, as formas como professores lidam com valores religiosos e os motivos pelos quais isto é feito.

A RELIGIÃO COMO MORALIZAÇÃO E DISCIPLINAMENTO NA ESCOLA

Vive-se hoje um conjunto de transformações mundiais de ordem política e econômica que tem sido acompanhadas de uma intensa revolução nas tecnologias, na organização do Estado e em outros setores. Essas transformações atingem também o plano cultural e interpessoal fazendo com que a formação moral seja foco de grande preocupação. Isto porque, segundo Nucci (2000) “mudanças sociais rápidas são geralmente acompanhadas pelo receio de que valores básicos não estejam sendo transmitidos aos jovens, e que a nova geração esteja entrando em um período de moralidade reduzida” (NUCCI, 2000, p.72). Diante disso, busca-se cada vez mais estratégias que procuram

desenvolver a moralidade em crianças e adolescentes. E para muitos, as aulas de religião seriam uma dessas estratégias.

De acordo com Rustin (2001), há exigência de que padrões morais deveriam ser ensinados nas escolas, como parte do currículo formal; os professores seriam chamados à ação de esclarecimento moral das crianças. A idéia implícita nesse processo parece ser que a moralidade consiste num conjunto de regras e preceitos auto-evidentes e as disposições morais são transmitidas como um conjunto de fatos, procedimentos e regras à mente “vazia” da criança. Deste modo, muitas vezes, educa-se doutrinariamente, acreditando que “um conjunto de valores, considerados fundamentais, deva ser transmitido pronto a todos, como verdades acabadas” (MENIN, 2002, p. 96). A autora cita como exemplo de educação doutrinária a disciplina de Educação Moral e Cívica, ofertada no Brasil durante a ditadura militar, cujo a finalidade era controlar a "desordem social" vista como causadora dos malefícios da sociedade brasileira.

Escolas religiosas, de acordo com Menin (2002), também adotam postura doutrinária quando catequizam seus alunos buscando impor valores como fé, piedade, amor ao próximo, e outros. Escolas não religiosas podem contar, também, com professores doutrinários. Menin (2002) relatando observações realizadas em uma classe de 1º ano do ensino médio de uma escola pública, descreve como uma professora de biologia, buscando moralizar seus alunos, colocava na lousa, ao início da aula, provérbios de fundo religioso; descrevia o que significavam e mandava que os alunos os estudassem, pois seriam avaliados em algum momento do curso. Dentre as formas de moralização das crianças, a religião é um dos recursos mais utilizados e aceitos no Brasil. De maneira formal ou informal têm ocupado um espaço importante na escola como fonte de educação moral.

Chauí (2003) destaca várias finalidades da religião, dentre elas a de garantir respeito às normas, às regras e aos valores da moralidade estabelecida pela sociedade. A instrução religiosa formal pode assumir diferentes objetivos, objetivo disciplinador, moralizante. Moralmente a instrução religiosa pode agir a fim de estabelecer na criança valores de fé, piedade, etc. No entanto, isso pode acontecer de maneira contraditória. Disciplina em termos amplos é “qualquer influência destinada a auxiliar a criança a aprender os meios de enfrentar as exigências de seu ambiente” (JERSILD, 1973, p.103). A religião pode servir como disciplinador na medida em que almeja a obediência a uma série de deveres.

O cristianismo, religião dominante no Brasil, traz consigo uma nova idéia do dever, a idéia de que a virtude é obrigação de cumprir o que é ordenado pela lei divina. Assim, o cristianismo, segundo Chauí (2003) legou à filosofia moral a distinção entre três tipos fundamentais de conduta: a conduta moral ou ética, que se realiza de acordo com as normas e as regras impostas pelo dever; a conduta imoral ou antiética, que se realiza contrariando as normas e as regras fixadas pelo dever; e a conduta indiferente à moral, quando agimos em situações que não são definidas pelo bem e pelo mal, e nas quais se impõem as normas e regras do dever.

De acordo com Chauí (2003) o cristianismo introduz a idéia do dever para resolver um problema ético, qual seja, “oferecer um caminho seguro para nossa vontade, que sendo livre, mas fraca, sente-se dividida entre o bem e o mal”.

Dentro de certos referenciais da psicologia do desenvolvimento busca-se explicar a construção da moralidade da criança por outros fatores, que não os da religião. Piaget (1994) estudou a construção da moralidade a partir do desenvolvimento da criança em suas relações sociais, encontrando duas tendências maiores, a heteronomia e a autonomia. Por heteronomia entende-se o governo exercido por outros, onde a obediência se dá pelo medo à punição ou por interesses e vantagens a serem obtidas. Na autonomia a obediência às regras se dá pela compreensão e concordância com sua validade universal.

Para Piaget (1994) essas morais são construídas no desenvolvimento da criança, dependendo de vários fatores, principalmente aos relacionados às formas de relações sociais em que a criança vive. Em seus estudos sobre o juízo moral na criança, Piaget (1994) procurou mostrar que as primeiras formas da consciência do dever na criança são essencialmente heterônomas.

Nesta perspectiva, para as crianças de cinco a oito anos as regras são imutáveis, sagradas. A criança tende a considerar deveres e valores como subsistentes em si independentemente da consciência e se impondo obrigatoriamente a quaisquer que sejam as circunstâncias em que o indivíduo se encontra. A regra não é uma realidade elaborada pela consciência e o bem se define pela obediência. As crianças maiores tendem a fazer as próprias regras por cooperação, ou seja, a cooperação é fonte de autonomia moral.

Sendo assim, Piaget (1994) crê numa educação moral construtora de personalidades autônomas, aptas a cooperação e que se dá através das interações entre crianças e não pela imposição de valores já acabados pelos mais adultos.

Puig (1998), dando continuidade a visão de Piaget, entende que esta educação não deve ser imposição heterônoma de valores, do certo e do errado. Acredita que a educação moral deva orientar o aluno autonomamente, racional e dialógicamente em situações de conflito, não podendo, portanto, ser catalogada como prática individualista.

Influenciado por Piaget, Kohlberg (1992) acredita que a maturidade moral é atingida quando o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei; que algumas leis existentes podem ser moralmente erradas e devem, portanto, ser modificadas.

Considerando que as escolas ou professores almejam a educação moral para crianças e que há diferentes formas de educação moral a presente pesquisa teve como objetivo verificar a presença e o uso de valores religiosos em salas de segunda e terceira série do ensino fundamental de escolas públicas de Presidente Prudente.

AS OBSERVAÇÕES NA ESCOLA

Após estudo teórico realizado foi-se a campo para coleta de dados, ou melhor, observar se e como a educação em valores, por meio de valores religiosos, vem se dando. Escolheu-se inicialmente dez escolas, nove municipais e uma estadual, de ensino fundamental da cidade de Presidente Prudente. Nessas escolas observou-se dez salas de segunda e dez salas de terceira série, em diferentes períodos de aula. Após a primeira fase de observações, onde procurou-se a presença e o uso de valores religiosos, tomou-se como foco escolas onde a incidência do uso de valores religiosos foi maior. Cabe ressaltar que em todas as escolas observadas apareceu alguma manifestação de credo religioso.

As primeiras escolas observadas foram escolhidas aleatoriamente procurando obter uma distribuição geográfica. As escolas observadas posteriormente foram escolhidas pela maior incidência no uso de valores religiosos.

Em função da maior incidência no uso de valores religiosos elegeu-se quatro escolas. Tomou-se como objeto de estudo seis salas, sendo três de segunda e três de terceira série, as quais se observou durante trinta horas cada.

A escola estadual, chamada de 1, atende a crianças de primeira à quarta série do ensino fundamental no período da manhã e da tarde. As escolas 2, 3 e 4 são municipais atendendo alunos de classe média baixa que cursam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental nos períodos da manhã e da tarde.

As professoras das salas observadas tinham em média dez anos de serviço, possuindo formação em nível médio/magistério, com exceção de uma, que possuía nível superior (graduada em pedagogia).

Nas escolas 1 e 2 observou-se diversas aulas (português, matemática, ciências, etc.), já nas 3 e 4 observou-se um programa de evangelização de crianças executado por voluntários que ministravam aulas de religião em três escolas do município, uma vez por semana. Escolheu e participou-se em uma sala em cada escola, pois o programa de aulas era o mesmo em todas elas. Vale destacar que neste artigo não abordaremos os resultados das escolas 3 e 4 dadas as suas especificidades e complexidades, o que requer uma apresentação mais longa e detalhada.

Apresentar-se-á neste momento a descrição, por temas, das observações realizadas.

A ORNAMENTAÇÃO: SIMBOLOS E DIZERES

Nas escolas escolhidas para a continuidade das observações existiam cartazes com mensagens de cunho religioso, escrituras nos muros e símbolos do catolicismo, como cruzeiros e imagens. Dentre as mensagens encontradas nos muros e cartazes espalhados pela escola e pela sala de aula tem-se como exemplo: “Só ele é Deus”; “Quão bom e agradável que os irmãos vivam em comunhão”; “É bom ouvir o que o Senhor tem a nos dizer praticar é melhor ainda”; “Escutai a minha lei, povo meu”; “Ainda que eu falasse a língua dos anjos sem amor eu nada seria”.

OS ENCONTROS NO PÁTIO

Os encontros no pátio, que eram diários e antecediam as aulas, configuravam-se como um ritual típico da primeira escola observada. Nesses encontros cantavam-se músicas de acolhida, assim chamadas, e faziam-se orações.

Pode-se dizer que estes momentos eram bem conhecidos pelos alunos, que ao ouvirem o toque do sinal se posicionavam de modo a realizar o “rito”. Aqueles que subvertiam eram advertidos pela diretora que caminhava entre os alunos para que a ordem se mantivesse.

Em linhas gerais, esse ritual era conduzido pela diretora ou alguma professora que cantava com os alunos e proferia a oração de modo que os alunos a repetissem. As orações, realizadas em nome de Jesus, incluíam agradecimentos e pedidos para que o dia, a aula, o comportamento e a aprendizagem fossem abençoados.

O INÍCIO DAS AULAS

Foram observadas, em outras duas escolas, no início das aulas, “ritos” com a realização de orações. Uma professora, por exemplo, antes de qualquer coisa, colocava seus alunos em pé e de mãos postas para que juntos repetissem uma oração intitulada “Santo anjo do Senhor”.

Os alunos pareciam entender aquele momento como “sagrado”, como uma obrigação diária. Em uma das observações onde a aula foi ministrada por uma professora substituta, que não os colocou de pé para orar, os alunos cobraram da substituta o ato demonstrando que os alunos já incorporaram aquela prática diária, estranhando quando não a fazem.

Em outra situação o início das aulas foi denominado como a “hora de falar com Deus”. Este era o momento em que todos, em pé liam a oração que estava afixada na lousa declarando a dependência de todos a Deus e clamando por um bom dia, a uma boa aula e

um bom aprendizado. Particularmente, essa professora também realizava ao final da aula o “momento de reflexão” onde pedia para que os alunos abaixassem a cabeça, pensassem em tudo que tinham feito de errado, pedissem perdão à Deus e que o mesmo os abençoasse para não repetirem os erros.

OS CABEÇALHOS

Notou-se que todas as escolas, inclusive as observadas inicialmente, incluíam em seu cabeçalho uma frase de fé, esperança, amor, amizade, etc. Em algumas salas é dada maior importância ao dito, enquanto em outras a prática de escrever um provérbio ou dito religiosos é seguida apenas como rotina.

Em uma das aulas, a frase escrita junto ao cabeçalho (“Jesus é meu melhor amigo”) era retomada em momentos de conversa, com a advertência da professora. De modo geral, sempre que a sala se excedia em barulho, a professora retomava a mensagem passada no quadro.

Em prática semelhante, observou-se uma professora que após passar a frase discursava sobre a mesma, destacando a importância de se ter fé em Deus e de obedecer a seus mandamentos. Fazia-se deste um momento de transmissão de valores, valores que para professora são essenciais na vida de qualquer ser humano.

Em outra situação uma outra professora incluiu em seu cabeçalho a frase: “Jesus é bom”. Entretanto não o enfatizou, tampouco o retomou durante a aula. Apenas o escreveu como uma rotina, como algo que faz parte do cabeçalho. Um detalhe que é aparentemente insignificante era a cor do giz utilizado pra passar as frases na lousa. As frases sempre estavam em destaque com uma cor diferente, geralmente em rosa/vermelho, o que evidenciava a importância a elas dada.

OS VALORES MAIS UTILIZADOS E AS SITUAÇÕES ONDE MAIS SE APLICAM

Pode-se dizer que os valores mais utilizados nas situações observadas eram: amor/amor ao próximo; obediência; amizade/cooperação; fé e piedade. Notou-se, ainda, que para a resolução de conflitos entre os alunos utilizava-se o nome de Deus. Os alunos, muitas vezes tomavam o que a professora disse como advertência cessando assim o conflito.

Como pôde-se observar pelos momentos de uso e comentários dos professores, a utilização desses valores, seja por meio dos cabeçalhos, das advertências, das músicas, ou das mensagens expostas, pareciam ter origem do desejo de se disciplinar, de moralizar, e de formar melhor o ser humano, o cidadão. Isso ficou claro com conversas com as professoras,

coordenadoras e diretoras das escolas que concordam com o uso de valores religiosos e acreditam que por meio deles se educa melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo teórico realizado, além da retomada histórica e do trato das questões que envolvem a laicização, as religiões e a noção do dever no cristianismo, pôde-se perceber que a moral da criança, para alguns autores é construída, enquanto que para outros é imposta.

Com a realização da pesquisa pôde-se notar que os valores religiosos são presentes nas escolas públicas. Foram freqüentes, nas escolas observadas, tentativas e estratégias de se disciplinar e moralizar as crianças por meio de valores religiosos e pela figura de um Deus, pai protetor e controlador, buscando o estabelecimento de valores como fé, amor, piedade, entre outros.

Como se pode perceber muitas das aulas adotam critérios para definir o bem e o mal, sempre utilizando a figura de um Deus. A transmissão oral e dogmática é o modo como se define como as pessoas devem se portar. O dever é colocado nessas práticas de cunho religioso não como uma decisão autônoma do sujeito e sim como uma lista do que se pode ou não.

De modo geral, nas aulas observadas nota-se uma maior tendência da educação doutrinária, acreditando que um conjunto de valores, considerados fundamentais, devam ser transmitido pronto a todos, como verdades acabadas. Deste modo, a educação não caminha para autonomia moral e sim para heteronomia.

Reitera-se aqui que a aprendizagem de valores, nos moldes de pura transmissão, não é um processo de descoberta, conduzido pela curiosidade, pelo desafio ou pelo prazer de uma tarefa compartilhada, e sim a sobreposição de um conjunto de procedimentos e regras e estes só serão aceitos por temor enquanto perdurar o controle da autoridade, deixando de ser assumidos como valores no momento em que a força do controle for enfraquecida.

Numa perspectiva piagetiana é necessário que haja uma reflexão coletiva dos objetivos que se pretendem: heteronomia ou autonomia. Nessa perspectiva a educação em valores deve atentar-se para não adotar posturas doutrinárias nem relativistas. Esta educação deve ser feita de que modo que não imponha heterônomamente valores tidos como prontos e acabados. Compartilhando os preceitos do desenvolvimento moral, acreditamos que a educação em valores deva orientar o aluno autonomamente, racional e dialógicamente em situações de conflito.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CAMBI, F. (1999). **História da pedagogia**/ Franco Cambi; tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP.
- CHAUI, M. (2003). **Convite à filosofia**. São Paulo. Editora Ática.
- KOHLBERG, L. (1992). **Psicologia de desarrollo moral**. Bilbao, Editorial. Desclee de Broower, Papyrus.
- MENIN, M. S. S. (2002). Valores na escola. **Educação e Pesquisa**, **28** (1), 91-100.
- NUCCI, Larry. Psicologia moral e educação: para além de crianças “boazinhas”. **Educação e Pesquisa**, **26** (2), 71-79.
- PIAGET, J. (1994) **O juízo moral na criança**. São Paulo: Sumus.
- PUIG, J. M.(1998). **Ética e valores: métodos para um ensino transversal**. São Paulo: Casa do psicólogo.
- RUSTIN, M. (2001). Innate Morality. En:_____ RUSTIN, M. **Reason and Unreason: psychoanalysis, science and politics** (p. 2001-224). London: Continuum.